

A MÍDIA NACIONAL E INTERNACIONAL NA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – ECO 92 ou RIO 92.

THE NATIONAL AND INTERNATIONAL MEDIA IN THE UNITED
NATIONS CONFERENCE ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT -
ECO92 or RIO 92.

Rafael Gustavo De Lima¹
Gizelli Alini Da Cruz
Luiza Roberta De S. Pimentel

RESUMO

Este artigo objetiva a análise do evento internacional conhecido como Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) através da clippagem de notícias e reportagens de dois importantes periódicos: a revista TIME, em âmbito internacional; e a revista VEJA, em domínio nacional – Brasil. Desta forma, o artigo em questão tenta elucidar os principais pontos da Conferência, seus impactos para o mundo e o posicionamento político-diplomático de diversos países diante do maior evento internacional já ocorrido até então no globo, que contou com a presença de mais de 100 líderes mundiais, além de lançar luz sobre problemas ambientais nestes países. Ademais, o artigo se propõe a expor, sucintamente, a importância de alguns dos documentos principais gerados na Conferência, como a Agenda 21 e a Carta da Terra.

Palavras-Chave: CNUMAD. TIME. VEJA. Agenda 21. Carta da Terra.

ABSTRACT

This article aims to analyze the international event known as the United Nations Conference on Environment and Development (UNCED) by clipping and news reports of two important journals: TIME magazine, internationally, and the magazine Veja, on national domain - Brazil. Thus the article in question tries to clarify the main aspects of the Conference, its impacts on the world and the political-diplomatic position of several countries before the biggest international event has occurred so far in the world that was attended by over 100 world leaders and can shed light on these environmental problems. Furthermore, the article aims to explain briefly the importance of some of the main documents generated in the Conference, such as Agenda 21 and the Earth Charter.

Key words: UNCED. TIME. VEJA. Agenda 21. Earth Charter.

INTRODUÇÃO

¹ Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, estudantes de Graduação em Relações Internacionais. E-mail de contato: r.limma@gmail.com

O presente artigo objetiva, de forma detalhada, uma análise da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento promovida pelas Nações Unidas - ECO92, realizada entre os dias 4 e 13 de junho do ano de 1992, na cidade do Rio de Janeiro. Demonstrar-se-á, dessa forma, os padrões político-diplomáticos das nações envolvidas na busca por soluções que vêm ao encontro do conceito ecológico "desenvolvimento sustentável", surgido e, em muito, propagado por tal Conferência.

Para tanto, desenvolve-se uma clipagem de reportagens e notícias do evento com base em dois importantes periódicos de relevante peso midiático nos cenários nacional (Brasil) e internacional, respectivamente, as revistas, Veja e Time.

Dessa maneira, o artigo inicia-se com a exposição do evento sob a ótica do periódico internacional "Time", seguido do levantamento dos problemas globais e a revisão final dos últimos periódicos, do mês de junho. Além disso, detalha-se o panorama do evento fundamentado nas reportagens dedicadas pela Revista Veja à ECO-92, enfatizando o financiamento de "desenvolvimento sustentável" aos países subdesenvolvidos. Em seguida, dá-se relevância à posição da mais rica e influente nação, os Estados Unidos, estabelecendo-se, dessa forma, uma comparação entre o governo Bush (1992), e o atual presidente, Barack Obama, bem como, as perspectivas futuras ao término da Conferência. Por fim, mas não menos importante, faz-se menção a alguns dos mais importantes documentos oficiais, idealizados a partir da Conferência.

1. TIME – A REVISÃO DO EVENTO PELA ÓTICA DE UM PERIÓDICO DA MÍDIA INTERNACIONAL

A revista internacional TIME, fundada em 1922, é parte de um conglomerado editorial – Time Inc. – que incorpora mais de 130 revistas em todo o mundo atualmente. Antes de iniciar as



Fonte: Capa da Revista
TIME, 01.06.1992

exposições sobre especificamente a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento é importante salientar, brevemente, a importância e o peso histórico de uma revista de alto crédito midiático internacional:

Oitenta e cinco anos após sua fundação, a Time Inc. é uma das maiores empresas de conteúdo em todo o mundo. Com um portfólio de aproximadamente 130 revistas, incluindo algumas das marcas mais populares, poderosas e confiáveis do mundo, é a maior editora de revistas dos EUA e Reino Unido e a terceira maior do México. (TIME Inc., 2009)

A revista TIME inicia suas exposições sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) – Rio92 ou Eco92, em junho de 1992, expondo, de pronto, a quantidade sem igual de autoridades, cientistas, ecologistas, diplomatas entre outros que eram esperados no evento que se realizaria entre os dias 4 e 13 de junho daquele ano:

Dezenas de milhares de diplomatas, cientistas, ecologistas, teóricos, feministas, jornalistas, turistas e diversos aproveitadores são esperados para reunirem-se em dezenas de auditórios e ao ar livre para aproximadamente 400 eventos oficiais e não-oficiais, entre os quais uma feira de tecnologia ambiental, um simpósio científico e uma reunião de prefeitos. (TIME, 1992, 1 jun., pg. 18)

A revista ainda é enfática ao destacar a importância e a magnitude da Conferência que, planejada durante dois anos,

traduziu-se como o maior acontecimento político-diplomático já visto pelo homem desde então: “a maior e mais complexa conferência já conduzida – maior que as significativas reuniões em Versailles, Yalta e Potsdam” (TIME, 1992, 1 jun., pg. 18).

Ao lembrar o primeiro esforço mundial em Estocolmo – Suécia, vinte anos antes, o periódico lembra que, naquela ocasião – incentivadora e geradora de milhares de grupos de conservação de áreas rurais em todo o globo, bem como de agências e ministérios governamentais em mais de 115 nações, a sombra da Guerra Fria pairava sobre a conjuntura internacional da época e envolvia as nações preocupadas mais com a ameaça nuclear iminente no planeta que com questões ambientais.

O fim de tal período, e a derrocada da URSS, demonstraria que a divisão não mais seria entre o leste e o oeste, mas entre norte e sul no tangente aos assuntos de cunho ambiental. O “Norte” – Europa, América do Norte e Japão – contra posicionar-se-iam em interesses ao chamado “Sul”, compreendido por muito da Ásia, da África, e da América Latina: “E embora a imediata ameaça de destruição nuclear tivesse se dissipado, o planeta não estaria ainda fora de risco” (TIME, 1992, 1 jun., pg. 18)

Segundo a revista, por trás do encontro está a idéia de que o relaxamento das tensões da Guerra Fria em combinação com a intensificação do grau de consciência da crise ecológica vivida daria à Conferência uma rara oportunidade de persuadir os países a procurem medidas que, de acordo com seus interesses nacionais particulares, pudessem fazê-los concordar em algumas mudanças básicas nos seus tratos com o meio ambiente. Como desafios que se impõem aos países de cada uma das regiões – Norte e Sul, a revista aponta, *grosso modo*, as direções básicas que balizam a discussão da Conferência:

Os desafios são claros: Os países desenvolvidos do Norte têm crescido baseando-se em um estilo de vida que consome uma fatia desproporcional dos recursos naturais e geram a principal parte da poluição global. Muitos dos países em desenvolvimento do Sul, por seu turno, estão consumindo irrecuperáveis recursos globais [...] para sustentar as suas gigantescas e crescentes populações. (TIME, 1992, 1 jun., pg. 18)

No rol de possibilidades a serem acatadas pelas nações, está aquela que TIME atribui ao que os ambientalistas gostam de chamar “desenvolvimento sustentável”. Tal medida abrangeria a noção de que o mundo deve abandonar práticas “suicidas” – as quais trazem o progresso humano presente baseado num processo que, por analogia, pode-se entender como o conceito biológico celular de ‘apoptose’ – morte celular previamente programada. É como se o ser humano baseasse todo o sucesso do hoje num garantido e previsível insucesso, morte ou auto-extinção do amanhã. Essa mudança de conduta por parte dos países criaria uma “sociedade sustentável”, uma sociedade que administra seu crescimento econômico de modo a não causar danos irreparáveis ao meio ambiente; é, segundo a revista, “a satisfação das necessidades das pessoas sem pôr em risco a satisfação das gerações futuras”. (TIME, 1992, 1 jun., pg. 19)

Todavia, a revista aponta uma situação bastante recorrente e complicada para a mudança de conduta acima exposta: a estrutura social interna bastante desigual da maioria dos países. “Uma pessoa que está preocupada com sua próxima refeição não vai escutar a palestras de proteção ambiental” diz R.K. Pachauri, diretor do Tata – Instituto de pesquisa em Energia, Nova Delhi. (TIME, 1992, 1 jun., pg. 19). Na ocasião, o então presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello teria também exclamado: “Não se pode ter um planeta ecologicamente saudável num mundo em que há tanta injustiça social”.

Entre as mazelas-alvo das discussões da Conferência estão as divergências de pontos de vista entre ricos e pobres (Norte e Sul); a grave situação da poluição dos oceanos; o desmatamento de florestas (principalmente as tropicais); o efeito extintivo às espécies mais variadas por todo o planeta; e a proteção genética: a soberania que se reserva aos países originários de determinadas espécies.

Outra questão que TIME levanta é sobre como seriam administrados os recursos destinados às ações ambientais em todo o planeta e parece favorável ao apontado pelos países do Norte:

Qualquer ajuda seria logicamente administrada pelo Global Environmental Facility (GEF), um fundo de US\$ 1,3 bilhão que é operado pelo Banco Mundial, pelo Programa Ambiental das Nações Unidas e pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. (TIME, 1992, 1 jun., pg. 25)

Entretanto, ecologistas suspeitam do GEF em vista da participação do Banco Mundial que, segundo eles, primou historicamente por investimentos tão grandiosos quanto ecologicamente danosos, a exemplo de rodovias em meio a florestas e barragens hidrelétricas. Por seu turno, países em desenvolvimento ressentem-se do GEF por que este é efetivamente controlado pelo Banco Mundial, que por sua vez é dominado pelos países industrializados. Destarte, segundo o periódico, os países do Sul buscavam mais participação na administração e no controle de recursos, o que levava a outra preocupação:

As nações em desenvolvimento querem um “Fundo Verde” separado, o qual elas possam ajudar a administrar e controlar. As nações doadoras, receosas da corrupção nos governos do Sul, até aqui recusaram o orçamento. É desde que o Norte controla o dinheiro, sua posição é preponderante. (TIME, 1992, 1 jun., pg. 25)

Já os países que formam o bloco do leste europeu estão mais que envolvidos na discussão. Ademais de suas

discussões internas, a crise ambiental que assola países como Polónia e Bulgária, que assistem à contaminação química de suas crianças, residentes próximas ao rio Danúbio – e suas conseqüentes seqüelas respiratórias, epiteliais e visuais – faz destes países atores preocupados com as discussões da Conferência. Todavia, os governos da Europa Oriental como um todo apresentam poucos recursos para a limpeza da poluição.

Os Estados Unidos, mais rica e mais poluidora nação do mundo, depois de declarar que o “estilo de vida americano está fora de negociação”, recuara e ponderara a idéia de ajuda financeira a países pobres. (TIME, 1992, 1 jun., pg. 29)

Dessa forma a revista TIME de 1º de junho de 1992 traçava o panorama da conjuntura política internacional, os posicionamentos político-diplomáticos de diversas nações e expunha algumas das graves situações a que a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento se propugnava a resolver.

Ao abordar especificamente o caso da ex-URSS, a revista mostra que alguns dos símbolos do progresso comunista são insustentáveis para o meio ambiente e elenca alguns casos em que não só o meio ambiente é diretamente atingido pela poluição do ar e das águas, mas também, e principalmente, vidas humanas.

Alguns desastres, como a retração das margens do mar Aral e a contaminação radioativa da explosão do reator de Chernobyl em 1986 – que o governo ucraniano, em um relatório recente, responsabilizou-se por seis das oito mil mortes – são casos bem conhecidos no Ocidente. Mas tragédias menos espetaculosas abundam. (TIME, 1992, 1 jun., pg. 36)

Como prova de outra tragédia expõem-se os casos de tumores humanos malignos provocados por névoas ricas em dióxido de enxofre oriundas da utilização de lignita – um tipo de carvão. Trezentos e cinquenta casos a cada cem mil pessoas

são registrados: um número que “está entre os maiores do mundo”, segundo a revista. Vários outros casos são citados nas reportagens que complementam as páginas do periódico, dentre os mais impressionantes, o caso que envolve lixo radioativo jogado no fundo dos mares Kara e Barents pelo governo comunista da URSS – o que caracteriza uma ameaça iminente à riqueza de diversas espécies de peixes do Ártico.

E se após a o fim do regime comunista fosse de se esperar uma reorganização para melhor no parque industrial dos países que formaram a URSS, há ainda outro problema:

Alguns governos e corporações do ocidente estão começando a ver o oriente europeu e os países da ex-URSS como “um bom lugar para amontoar tecnologia obsoleta não mais aceitável para ecologistas do ocidente”. (TIME, 1992, 1 jun., pg. 37)

E é também interessante que não somente nos casos dos países que formaram a URSS que se observa este tipo de prática. Nos países em desenvolvimento e principalmente nos países subdesenvolvidos há uma forte tendência das grandes corporações setentrionais a agirem com igual procedência.

2. LEVANTAMENTO DO EVENTO ECO 92 SOB A ÓTICA NACIONAL, A PARTIR DA REVISTA VEJA



Fonte: Capa da Revista VEJA, 22.04.1992

Em junho de 1992, chefes e diplomatas, de diversos países do mundo, se encontraram, na cidade do Rio de Janeiro, para discutir e elaborar uma conduta ambiental que fosse favorável à prática de desenvolvimento sustentável e que determinaria, dessa

maneira, um novo comportamento a ser seguido, tanto nas relações internacionais, quanto em decisões, estritamente individuais. Tal conferência foi chamada popularmente de ECO 92 ou RIO 92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O presente capítulo destina-se a expor, de forma analítica e clara, como o acontecimento “ECO 92” foi vivenciado e transmitido, em âmbito nacional utilizando por base o acervo digital da revista VEJA. Além disso, buscou-se elaborar comparações das situações vivenciadas durante a realização da Conferência e os dias atuais.

Dessa maneira, são destacados abaixo, trechos de grande importância que incorporavam a edição da revista VEJA n.1231 de 22 de abril de 1992, que tinha como capa os antecedentes da Conferência:

A Eco 92 vai tentar conseguir que os ricos países do Norte paguem a conta da limpeza do planeta e da instalação do desenvolvimento sustentável, o tipo de progresso que não agride a natureza. Sua ambição é criar um código que, se for mesmo montado conforme os planos, terá o poder de alterar as relações entre os países e influir na vida de cada ser humano (VEJA, 1992, 22 abr., pg. 56)

De forma bastante sintetizada, sabe-se que a ECO-92 tinha como principais objetivos, discutir questões como:

- ❖ Um novo modelo de desenvolvimento para os países, até então, não desenvolvidos, diferente daquele estruturado a partir da industrialização;

- ❖ Recursos financeiros advindos dos países ricos que se estruturaram a partir de medidas não ecológicas como o desmatamento e a poluição de recursos naturais, sobretudo, durante a Revolução Industrial, que seriam destinados aos países mais pobres, para que estes não praticassem os mesmos enganos quanto a descaso com o meio ambiente;

❖ A complementaridade entre assuntos de caráter econômico e ambiental, ressaltando o fato de que a pobreza pode ser considerada uma forte aliada na destruição ambiental e, de maneira conclusiva, o fato de que limpeza e consciência ecológica devem ser pensadas como propulsoras de eficiência e lucro;

❖ A inversão de recursos, antes utilizados em gastos para armamentos e manutenção de exércitos, e, atualmente voltados para a manutenção e cuidados ecológicos que, em alguns países, já começam a refletir positivamente sobre a economia.

2.1 FINANCIAMENTO E PROMOÇÃO DE “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL” NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

Entre tantos objetivos a serem discutidos na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, as principais polêmicas giravam em torno do financiamento que deveria ser dado aos países subdesenvolvidos e ao limite de crescimento imposto aos países desenvolvidos, para que no ano de 2000 os níveis de poluição estivessem praticamente iguais ou abaixo daqueles observados, durante a década de 1990. É importante destacar, que tal objetivo foi alcançado.

De acordo com o relatório da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), do ano de 2006, a emissão de gases causadores do efeito estufa aumentou cerca de 2,4%, sobretudo, entre os países industrializados, nos anos de 2000 até 2004. Entretanto, segundo o mesmo documento, o Protocolo de Kyoto desenvolvido após à ECO 92, que tinha como objetivo diminuir, no período de 1990 até 2012, as emissões de gases poluentes,

fez cumprir as metas gerais, visto que as emissões estavam cerca de 15,3% abaixo do nível de 1990.

Regressando à polêmica em torno do financiamento dado aos países pobres, sabe-se que muitos dos países desenvolvidos, sobretudo o Japão, concordavam com tais medidas. É possível perceber, na página seguinte, passagens que demonstram a problemática vivida, durante a época.

Imagine-se um governante de qualquer lugar do Primeiro Mundo defendendo as seguintes idéias: as nações ricas cresceram depredando o planeta. Agora devem reduzir seu ritmo de crescimento, cortando o consumo. Devem também pagar uma “taxa de arrependimento” aos países pobres, para indeniza-los pelo estrago que fizeram. Essa taxa destina-se ainda a permitir que esses países em desenvolvimento possam crescer sem destruir o meio ambiente.

Por incrível que pareça, ela é defendida pela maioria das nações ricas, com exceção dos Estados Unidos e de alguns outros países. (VEJA, 1992, 2 abr., pg. 54 e 55)

AS POSIÇÕES DE CADA UM						
	O que está em jogo	Brasil	EUA	Europa	ONG	Grandes Empresas
Transferência de Tecnologia	Acesso dos países pobres à tecnologia usada pelos ricos para proteger o meio ambiente.	Quer tecnologia a preço de custo sem royalties ou patentes.	Só terão acesso os países considerados seguros (que não repassem a tecnologia a inimigos potenciais como o Iraque). O Brasil não é considerado de confiança.	As despesas com patentes e royalties devem ser subsidiadas pelos países ricos.	Os custos devem ser os mais baixos possíveis. Os países pobres não devem pagar patentes das novas tecnologias.	Exigem respeito às patentes, custos de mercado e transação direta entre empresas, sem intermediação dos governos.
Lixo Tóxico	A exportação de dejetos industrializados, químicos ou radioativos.	Quem exportar cargas tóxicas deve ser punido	Quer criar um fundo para a construção de um depósito de lixo.	As empresas devem ser forçadas a investir em tecnologias de reciclagem e diminuição do lixo.	O primeiro passo é a proibição internacional do tráfego internacional de cargas perigosas.	As fábricas a serem abertas devem ser limpas.
De onde sai o dinheiro		Dos países ricos em empréstimos a fundo perdido.	De um fundo internacional coordenado pelo Banco Mundial.	Dos países ricos através do abatimento da dívida externa.	De impostos gastos pelos consumidores de países ricos.	De um fundo internacional
	O que está em jogo	Brasil	EUA	Europa	ONG	Grandes Empresas

Efeito Estufa	Mudanças climáticas provocadas pela emissão de gases oriundos da queima do petróleo e do carvão.	Controle e emissão de gases só se houver dinheiro e tecnologia disponíveis. Prioridade ao controle à miséria. Os ricos é que devem parar de poluir.	Não aceita fixar datas ou limites, mas se compromete a poluir menos. Acha que uma redução drástica das emissões prejudicará a recuperação econômica dos EUA.	Até o ano 2000, as emissões de dióxido de carbono (CO2) devem se estabilizar nos níveis de 1990.	Os países devem emitir no ano 2000 apenas 10% do CO2 que emitiram em 1990.	Reflorestar e criar tecnologias que poupem energia até que a ciência prove que o CO2 é mesmo prejudicial.
----------------------	--	---	--	--	--	---

	O que está em jogo	Brasil	EUA	Europa	ONG	Grandes Empresas
Biodiversidade	Normas para a preservação e uso racional das plantas e dos animais.	Quer fazer um inventário dessas riquezas. Os países ricos pagarão royalties para utilizar as plantas das nações pobres.	A empresas americanas podem industrializar os princípios ativos de plantas tropicais sem pagar royalties aos países onde elas são nativas.	Deve-se perdoar parte da dívida externa dos países que preservaram sua flora e fauna. Contra a cobrança de royalties.	Os países de maior biodiversidade têm que ser recompensados por sua exploração.	Defendem apoio técnico aos países que precisam de ajuda para preservar espécies ameaçadas. Não admitem imposição de novas taxas à indústria.

Fonte: Revista Veja, 1992, 3 jun., pg. 54 e 55

2.2 A POSIÇÃO NORTE-AMERICANA NA CONFERÊNCIA E SUA POLÍTICA ATUAL

De acordo com o último trecho, fica evidente que o então presidente dos Estados Unidos da América, George Bush, cuja campanha eleitoral de 1988 tinha como slogan principal “O Presidente do Meio Ambiente”, demonstrava, sobretudo durante as vésperas da Conferência, uma posição inimiga ao “desenvolvimento sustentável” e, além disso, era tido por ambientalistas de todo o mundo como “uma ameaça à ecologia”.

Isto ocorria, principalmente, porquanto a política adotada por George Bush enfatizava, na maioria das vezes, interesses financeiros e econômicos ao invés de priorizar a proteção ambiental. Algumas dessas situações podem ser destacadas:

- ❖ A negação dos EUA em estabilizar as emissões de gases aquecedores da atmosfera no nível de 1990;
- ❖ O abrandamento na regulamentação de desmatamentos nas florestas estadunidenses;
- ❖ A permissão às indústrias para que estas aumentassem suas emissões de gases poluidores;

❖ A posição contrária à assinatura do Acordo sobre Biodiversidade nas reuniões preparatórias à ECO 92.

O presidente George Bush, no entanto, não deixou de comparecer à Conferência, mas, longe de estar engajado no objetivo comum demonstrado pelos outros países em promover um desenvolvimento sustentável, o chefe de Estado americano objetivava a ratificação de um acordo no qual se estabelecia um certo “descompromisso” em diminuir e emissão de gás carbônicos nos países industrializados. Como demonstra o trecho abaixo:

Bush vai tentar apenas ratificar o acordo que conseguiu arrancar da ONU há duas semanas, em que os países industrializados se eximem de compromissos palpáveis na redução de suas próprias comissões de gás carbônico. Em outras palavras, se prevalecer a posição defendida pela administração americana, os países pobres serão chamados a resolver um problema para cuja instalação eles próprios contribuíram um pouco. (VEJA, 1992, 3 jun., pg. 55)

Em contrapartida, e, de forma bastante lógica, os países em desenvolvimento não concordavam com determinado acordo: “As nações pobres não querem ser obrigadas a pagar pelos problemas ecológicos que elas não ajudaram a criar”.(VEJA, 1992, 3 jun., p. 53)

Sabe-se que logo após Bush ter deixado a presidência dos EUA, Bill Clinton, seu sucessor, fortaleceu as leis de proteção ambiental e chegou a assinar o Protocolo de Kyoto, no final de seu mandato. Entretanto, a ratificação foi vetada durante o governo de George W. Bush.

O atual presidente americano, Barack Obama, logo no início de seu governo e em meio a uma das mais graves, se não, a mais grave crise financeira, ousou e decidiu impor restrições para a emissão de gases causadores do efeito estufa, produzidos, sobretudo, por veículos automotores. Obama decidiu adotar o padrão de Eficiência Energética para

os automóveis, que até o ano de 2020, deverão consumir menos de 14,9 km/litro. Com essa medida, o governo americano pretende reduzir cerca de 40% nas emissões de poluentes. Se tudo ocorrer como planejado, tal medida fará com que os EUA superem as metas estabelecidas por Kyoto.

Além disso, já é sabido que o presidente Obama deseja desistir de ações judiciais que foram movidas pelo governo anterior para impedir a adoção de padrões mais rigorosos de controle ambiental, por iniciativa de alguns estados americanos. Obama, dessa maneira, permitirá que tais estados estabeleçam medidas mais rígidas de controle ambiental, se assim o desejarem.

A postura de Barack Obama frente às metas traçadas por Kyoto ainda não são certas, mas pode-se dizer que já existem sinais positivos nas políticas adotadas pelo governo americano e que, acima de tudo, deve-se destacar o fortalecimento do mesmo Protocolo, a partir da nação que era, sem dúvida alguma, sua maior opositora.

2.3 O QUÊ MUDOU AO FINAL DA ECO-92

De acordo com a revista “VEJA”, edição n 1239, de 17 de junho de 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, chegou ao seu fim, sem que decisões coerentes e necessárias fossem tomadas. Os principais objetivos não haviam sido alcançados. Ao invés de medidas eficazes e obrigatórias, optou-se por determinações de incentivo à proteção ambiental.

PIB dos Ricos – Apesar do clima de encontro de escoteiros nos últimos dias da ECO 92, proporcionado pela organização eficiente da conferência e pelo alívio dos diplomatas pelo fim das reuniões, havia de lado a lado um gosto amargo pelos objetivos não alcançados. Os países pobres não conseguiram arrancar promessas de recursos sonhados pela ONU. Dos 125

bilhões de dólares que seriam o pontapé inicial num amplo programa de financiamentos ecológicos ao Terceiro Mundo, os países ricos comprometeram-se com 10 bilhões. Os ricos lamentavam que no tratado das florestas os países tropicais não saíram da conferência obrigados a preservar áreas de interesse biológico. Eles foram apenas incentivados a fazê-lo. (VEJA, 1992, 17 jun., pg. 39)

Assim, percebe-se que a ECO 92, embora tenha alertado os olhos do mundo para a problemática forma de descaso que previa um desenvolvimento sem os menores cuidados ecológicos, não resultou em grandes mudanças. É de importante relevância questionar se os documentos propostos em tal conferência foram, de fato, obedecidos e qual sua influência, nos dias atuais. Tal assunto, será abordado no próximo capítulo deste artigo. A passagem abaixo, referente à revista VEJA (edição), demonstra, de maneira conclusiva, o sentimento geral que o fim da ECO-92 provocou, nos países de todo o globo: “O caminho para o Rio foi importante. Mas o fundamental será o caminho daqui para a frente” (VEJA, 1992, 17 jun., pg. 39)

3. DOS PARTICIPANTES E DOS DOCUMENTOS DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO.

Para verificar o peso desta conferência é válido também analisar a quantidade de países/regiões representados na Eco-92, segundo o Convention on Biological Diversity , CBD.

Tendo-se realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, foi a maior conferência realizada no século XX, com sede no Brasil, contando com a participação de mais de 190 países.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com o objetivo de estabelecer uma parceria global por meio da cooperação entre os Estados,

setores da sociedade e indivíduos, e trabalhando para a inclusão de acordos internacionais que respeitem o interesse de todos, elaborou vários projetos para a proteção do meio ambiente, entre eles, a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Agenda 21, a Convenção da Biodiversidade, a Carta da Terra, entre outros com menor grau relativo de importância.

A declaração do Rio de Janeiro proclamou 27 princípios para a exploração dos recursos ambientais. Entre esses princípios, destacamos alguns que resumem a declaração do Rio.

- Princípio Um: Os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza.

- Princípio Dois: Os Estados, de acordo com a Carta das Nações Unidas e com os princípios do direito internacional, têm o direito soberano de explorar seus próprios recursos segundo suas próprias políticas de meio ambiente e de desenvolvimento e a responsabilidade de assegurar que atividades sob sua jurisdição ou seu controle não causem danos ao meio ambiente de outros Estados ou de áreas além dos limites da jurisdição nacional.

- Princípio Três: O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de desenvolvimento e de meio ambiente das gerações presentes e futuras.

- Princípio Cinco: Todos os Estados e todos os indivíduos, como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, devem cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza, a fim de reduzir as disparidades de padrões de vida e melhor atender às necessidades da maioria da população do mundo.

- Princípio Seis: Será dada prioridade especial à situação e às necessidades especiais dos países em desenvolvimento, especialmente dos países menos desenvolvidos e daqueles ecologicamente mais vulneráveis. As ações internacionais na área do meio ambiente e do desenvolvimento devem também atender aos interesses e às necessidades de todos os países.

- Princípio Oito: Para alcançar o desenvolvimento sustentável e uma qualidade de vida mais elevada para todos, os Estados devem reduzir e eliminar os padrões insustentáveis de produção e consumo, e promover políticas demográficas adequadas.

- Princípio Doze: Os Estados devem cooperar na promoção de um sistema econômico internacional aberto e favorável, propício ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável em todos os países, de forma a possibilitar o tratamento mais adequado dos problemas da degradação ambiental. As medidas de política comercial para fins ambientais não devem constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificável, ou uma restrição disfarçada ao comércio internacional. Devem ser evitadas ações unilaterais para o tratamento dos desafios internacionais fora da jurisdição do país importador. As medidas internacionais relativas a problemas ambientais trans-fronteiriços ou globais devem, na medida do possível, basear-se no consenso internacional.

- Princípio Vinte e Três: O meio ambiente e os recursos naturais dos povos submetidos à opressão, dominação e ocupação serão protegidos.

- Princípio Vinte e Quatro: A guerra é, por definição, prejudicial ao desenvolvimento sustentável. Os Estados tentarão, por conseguinte, respeitar o direito internacional aplicável à proteção do meio ambiente em tempos de conflitos

armados, além de cooperar para seu desenvolvimento progressivo, quando necessário.

- Princípio Vinte e Sete: Os Estados e os povos irão cooperar de boa fé e imbuídos de um espírito de parceria para a realização dos princípios consubstanciados nesta Declaração, e para o desenvolvimento progressivo do direito internacional no campo do desenvolvimento sustentável.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente

Além disso, um dos principais resultados da ECO 92, foi a criação da Agenda 21, em que a maioria dos países participantes da Conferência se comprometeram a regular suas políticas econômicas, sociais e ambientais com apoio ao “desenvolvimento sustentável”. A Agenda 21 tentou promover um novo padrão de desenvolvimento ao conciliar métodos de proteção ambiental, e tinha como objetivo preparar o mundo para os desafios do próximo século. É importante salientar que o êxito de sua execução dependia da responsabilidade dos Governos. Outra conquista foi a Convenção da Biodiversidade – acordo internacional aprovado no Rio, que apresenta soluções de como conservar a biodiversidade de cada país de maneira sustentável

Outra elaboração importante que decorreu da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento foi a Carta da Terra: tal documento é uma declaração de princípios éticos para a construção, no século XXI, de uma sociedade mundial justa, sustentável e pacífica. Entretanto, é importante salientar que a Carta da Terra começou com uma iniciativa da ONU, mas se desenvolveu como uma iniciativa global da sociedade civil. No ano de 2000 a comissão da Carta da Terra concluiu e divulgou o documento como a Carta dos Povos. O documento oferece um instrumento

educacional muito valioso, em um contexto histórico no que se deve mudar a maneira como pensamos e vivemos; a Carta da Terra nos faz avaliar nossos valores e escolher um melhor caminho. O texto da declaração da Carta da Terra começa com um preâmbulo, depois explicita a Terra, nosso lar, passa pela situação global, desafios futuros e responsabilidade universal e têm como princípios: respeitar e cuidar da comunidade de vida; respeitar e cuidar da Integridade Ecológica; respeitar e cuidar da justiça social e econômica; respeitar e cuidar da democracia, primar pela não-violência e pela paz. Esses princípios, já supracitados, estão explicitados no documento oficial da Carta da Terra.

É importante lembrar que apesar de todos os esforços decorrentes da ECO 92, há ainda muito para ser feito. Ademais de ser um avanço para a época, nem todos os países assinaram os alguns dos acordos firmados, como por exemplo, os Estados Unidos, que são considerados um dos maiores poluidores do planeta. Entretanto, esse quadro também está em transição, já que com a posse de Barack Obama, presidente atual dos Estados Unidos, esse país mostra-se mais comprometido com os aspectos ambientais do planeta, uma vez que alguns de seus Estados-membros concordam com o protocolo de Kyoto, que prevê que países desenvolvidos devem reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, é ao mesmo tempo, buscar informações que indiquem a posição político-diplomática das nações desenvolvidas em prol da fomentação de recursos

financeiros e técnicos, na busca por soluções "sustentáveis", e principiar a constituição de uma consciência global acerca dos problemas ambientais enfrentados por todo o globo, tais como os que foram já elencados, a saber, a grave situação da poluição dos oceanos; o desmatamento de florestas (principalmente as tropicais); o efeito extintivo às espécies mais variadas por todo o planeta; e a proteção genética: a soberania que se reserva aos países originários de determinadas espécies.

Outra situação interessante, foi constatar que antes da problemática ambiental que é discutida na Conferência, nota-se uma série de divergências entre os Países do Norte e os Países do Sul na busca por uma solução financeira viável. Tal situação se torna mais evidente, a partir do diferente posicionamento tomado por ambas as revistas, que foram objetos de análise, deste artigo. Por parte de TIME, notou-se um posicionamento, ainda que implícito, de abordagem favorável aos países do Norte, enquanto a revista VEJA se preocupa em exibir a importância do financiamento "sustentável" que deveria ser repassado e também controlado pelos países subdesenvolvidos ou do Sul.

Entre outros pontos, o artigo demonstra também, uma diferenciação nas posições políticas adotadas pelos países que se mostravam mais resistente às medidas de controle ambiental para um desenvolvimento ecologicamente correto, durante o acontecimento da ECO92, e que hoje, entretanto, vêm admitindo e introduzindo, através da elaboração de uma nova legislação ambiental, possibilidades de mudanças no comportamento das relações internacionais, no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, sobretudo, por parte dos Estados Unidos.

O futuro das discussões acerca da preservação ambiental aliada ao desenvolvimento deverá ganhar uma nova imagem, no próximo mês de dezembro, por conta da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas que ocorrerá em Copenhague, na Dinamarca. Sabe-se, por hora, que a política brasileira adotada para tal evento, condicionará o compromisso de seu corte nas emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa se diante do comprometimento dos países desenvolvidos em assumirem metas e apoio financeiro às nações pobres e emergentes, o que, por seu turno, já vinha sendo objetivado desde as discussões elaboradas durante a ECO92.

Destarte, entender as discussões que permearam a ECO92 ou RIO92 é primordial para compreender os problemas concernentes ao meio ambiente em âmbito global e às reuniões que se seguiram à esta com a mesma temática e que o presente artigo teve como objetivo elucidar em boa quantidade, ainda que longe de ser um tema que possa, hoje, ser esgotado.

REFERÊNCIAS

ELMER-DEWITT, Philip. Rich vs. Poor. **Time**, New York, n. 22, p. 16-33, 01 jun. 1992.

RUSE, James L. Graff. Socialism's Trash. **Time**, New York, n. 22, p. 36-37, 01 jun. 1992.

LEMONICK, Michael D. The Big Green Payoff. **Time**, New York, n. 22, p. 38-39, 01 jun. 1992.

LOVEJOY, Thomas E. Makin Things Happen in Rio. **Time**, New York, n. 23, p. 52, 08 jun. 1992.

ALEXANDER, Charles P. On The Defensive. **Time**, New York, n. 24, p. 39, 15 jun. 1992.

LINDEN, Eugene. Rio's Legacy. **Time**, New York, n. 25, p. 28-29, 22 jun. 1992.

JOHNSON, Marguerite. Do Summits Work?. **Time**, New York, n. 26, p. 39-40, 29 jun. 1992.

Time Inc. Disponível em: <
<http://www.timeinc.com/aboutus/history.php> >. Acesso em: 20, out. 2009

ALVARENGA, Tales. A agenda do futuro, **Veja**, São Paulo, n. 1231, p. 56-61, 22 abr. 1992.

A TERRA EM TRANSE, **Veja**, São Paulo, n. 1237, p. 52-56, 3 jun. 1992.

O TIO SUJISMUNDO, **Veja**, São Paulo, n. 1237, p. 58-60, 3 jun. 1992.

O RIO JÁ É HISTÓRIA, **Veja**, São Paulo, n. 1239, p. 38-39, 17 jun. 1992.

UNFCCC, Relatório Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, 31 out. 2006.

CBD – List of Parties. Disponível em:
<<http://www.cbd.int/convention/parties/list/>>. Acesso em: 22, out. 2009

Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) - Disponível em:
<<http://www.silex.com.br/leis/normas/declaracaorio.htm>>. Acesso em: 31, out. 2009.

Entenda a Rio + 10 - Disponível em:
<<http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/index.php.40.html>>. Acesso em: 03, Nov. 2009.

O texto da Carta da Terra - Disponível em:
< <http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/text.html>>. Acesso em: 05, Nov.2009.